

Em junho do ano passado, quando o presidente Fernando Collor exigiu a demissão do pessoal ocioso e o corte dos gastos supérfluos em todos os setores da máquina estatal mantida pela União, com o objetivo de reduzir o déficit público e de eliminar um dos focos estruturais da inflação, os reitores das 48 universidades federais e o ministro da Educação assinaram um acordo para justificar o descumprimento dessa ordem, evitando, assim, reduzir seu número de professores e de funcionários. Segundo esse acordo, os reitores, a pretexto de elevar a "produtividade" de suas instituições, comprometeram-se a criar 126 mil novas vagas nos cursos de graduação e pós-graduação, até 1992.

Hoje, um ano depois, nem os reitores das universidades federais cumpriram o que prometeram nem o próprio ministro da Educação parece estar disposto a exigir o cumprimento desse acordo. A verdade é que, nas instituições de ensino superior mantidas pela União, tudo continua como estava antes da reforma administrativa iniciada, mas não completada, pelo chefe do Executivo. Ou seja: as universidades federais encontram-se inchadas, administrativamente, financeiramente falidas e academicamente deterioradas — isso sem se levar em conta o fato de que muitos cursos de graduação estão com vagas ociosas, por falta de estudantes interessados.

Esse triste quadro de omissão e de irresponsabilidade ilustra bem a maneira como a educação vem sendo tratada, em todos seus níveis, pelo atual governo. Enquanto o presidente da República anuncia o ambicioso plano de construção de 5 mil Cieps espalhados por todo o País sem, no entanto, ter esclarecido de onde extrairá as verbas necessárias para a concretização dessa promessa, as universidades federais permanecem intocadas como feudos corporativos de professores e de funcionários, consumindo mais de 85% do

orçamento da União em matéria de ensino e destinando esses recursos, basicamente, para cobrir suas respectivas folhas de pagamento.

Já o ministro Carlos Chiarelli, que nem sequer foi consultado com relação à construção dos 5 mil Cieps, e que parece limitar sua atuação exclusivamente ao nível da educação universitária, está agora divulgando o documento "Proposta de uma Nova Política para o Ensino Superior", no qual apresenta várias sugestões para a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, para a ampliação do número de vagas e para a introdução de padrões mínimos de eficiência administrativa nas universidades federais — sugestões essas que repetem, na forma e no conteúdo, tudo aquilo que foi objeto do acordo que assinou em junho do ano passado com os reitores. E estes, do mesmo modo como descumpriram esse acordo, já afirmaram que também não irão acatar em hipótese alguma as sugestões do ministro Chiarelli, desafiando publicamente sua autoridade.

Como se vê, a confusão é total em matéria de política educacional. O presidente da República, que em 1990 ensaiava uma tentativa de modernização das universidades federais, abandonou essa preocupação e agora promete o que não pode cumprir em matéria de ensino básico; o ministro da Educação anuncia propostas para a reforma do ensino superior que não são levadas a sério pelos seus principais destinatários; e as universidades federais continuam inchadas, administrativamente, e falidas, financeiramente, mais deformando do que formando as novas gerações de universitários.

O governo Collor, em matéria educacional, mantém tudo como encontrou — deteriorado e degradado —, limitando-se a oferecer, no plano da retórica e dos planos mirabolantes, a impressão de que em breve poderão ocorrer grandes mudanças.